

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.807 - SP (2019/0018075-8)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : JOSE LUIZ SOUZA DE MORAES - SP170003
AGRAVADO : I J M C T
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADOR : AUGUSTO BELLO ZORZI - SP234949

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 2/STJ. FORNECIMENTO DE TRATAMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Embargos declaratórios recebidos como AGRAVO INTERNO - Observância dos princípios da fungibilidade recursal e da economia processual - Interposição contra decisão monocrática que negou provimento aos recursos -- Direito fundamental resguardado pela Constituição Federal e legislação infraconstitucional - Argumentações que não veiculam teses outras além daquelas já repelidas de forma pacífica neste Tribunal - Posição também já firmada pelas cortes superiores a respeito do tema - Decisão mantida - Agravo não provido.

Nas razões do recurso especial, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente alega violação ao art. 535, II, do CPC/1973, sustentando que omissão do v. acórdão "a quo" por entender "que fora maculada de forma injustificada a restrição que se vislumbrou no curso da demanda no sentido de que somente poderá ser cumprida a obrigação perante o instituto IMREA, vinculado ao Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, autarquia estadual que se mostrou incapacitada de cumprir a obrigação". (fls. 399/409 e-STJ)

Contrarrazões apresentadas às fls. 413/425 e-STJ.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial às fls. 431/433 e-STJ.

Agravo em recurso especial às fls. 437/447 e-STJ.

É necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 2/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."

Cinge-se a controvérsia, segundo se extrai do acórdão recorrido, de ação de obrigação de fazer para o fornecimento de tratamento de hidroterapia a menor portador de autismo.

Pretende o recorrente ver reconhecida a ofensa ao art. 535, II, CPC/2015, tendo em vista que o acórdão de origem não teria se manifestado a respeito da impossibilidade do instituto IMREA, vinculado ao Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, de prestar o tratamento querido na ação. Sustenta que no curso do processo comprovou-se tal assertiva.

Pois bem. Da análise do acórdão "a quo" observa-se com clareza que o Tribunal de origem enfrentou a matéria, sendo preciso em seus argumentos, assim vejamos (fls. 378/387 e-STJ):

Segundo consta a fls. 117, o Instituto de Medicina Física e Reabilitação do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo - IMREA (que oferece tratamento em conjunto com o Instituto de Reabilitação "Lucy Montoro") não tem possibilidade de disponibilizar tratamento individualizado ou abordagem individual de hidroterapia para portadores de espectro autista.

Conforme constou na decisão que julgou o agravo de instrumento a fls. 140/142, a decisão guerreada determinou à Fazenda do Estado de São Paulo a inserção do adolescente em "clínica de reabilitação pública ou particular que forneça integralmente o tratamento médico recomendado" (fls. 09). Equivale a dizer, facultou-lhe a escolha da clínica apropriada à hidroterapia.

Ora, a demora no tratamento está colocando em risco a saúde do menor (fls. 264/264).

[...]

De se ressaltar que o tratamento foi prescrito tanto por médico de instituição pública (fls. 18 e 34/36), quanto privada (fls. 17, 19/38), não desonerando o Poder Público da prestação à devida assistência à saúde o fato de ter sido prescrito por médicos alheios aos quadros do SUS, posto serem profissionais habilitados para tanto como também em vista do caráter universal do direito à saúde, o qual não pode ser mitigado.

[...]

Como visto, a decisão combatida deixou claro que, uma vez que o Instituto de Medicina Física e Reabilitação do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo - IMREA não tem possibilidade de disponibilizar o tratamento a pessoas autistas, deverá o adolescente ser inserido em clínica de reabilitação pública ou particular que forneça integralmente o tratamento médico recomendado. Não há, pois, o que mais se explicitar.

Cumprasseverar que o acórdão repreendido, ao apresentar suas razões de decidir, alicerçou seu entendimento no sentido de possibilidade de utilização de clínica de reabilitação pública ou particular para o fornecimento do tratamento recomendado.

Destaca-se que a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973, pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO,

CONTRADIÇÃO OU FALTA DE MOTIVAÇÃO NO ACÓRDÃO A *QUO*. *DECISUM* ESTADUAL TODO FUNDADO EM FATOS E PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Acórdão estadual claro e nítido, sem omissões, obscuridades, contradições ou ausência de motivação. Não obstante a oposição de embargos declaratórios, não são eles mero expediente para forçar o ingresso na instância especial, se não há vício a suprir; inexistente, portanto, ofensa ao art. 535 do CPC, pois a matéria foi devidamente abordada no aresto a quo.

[...]

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 638.454/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 10/03/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator